VOA SP SPE S.A.

CNPJ nº 28.102.118/0001-40

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Valores em Reais)

Srs. Acionistas, Em atendimento a dispositivos legais, estatutários e normas pertinentes, apresentamos às V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas de VOA SP SPE S.A., relativas ao exercício findo em 2025, comparativas com 2024 devidamente aprovadas pelos administradores em 20/02/2026. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários sobre estas demonstrações.

Balanços Patrimoniais

Ativo	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.292.499	2.676.217
Contas a receber de clientes	5	3.482.571	3.077.002
Adiantamentos	6	96.350	70.031
Despesas antecipadas	7	532.214	270.384
Total do Ativo circulante		**5.403.634**	**6.093.634**
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	8	486.942	358.734
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	502.945	-
		989.887	**358.734**
Imobilizado	10	247.078	12.449.006
Intangível	11	33.587.210	19.056.014
Total do Ativo não circulante		**34.824.175**	**31.863.754**
Total do Ativo		**40.227.809**	**37.957.388**

Passivo	Notas	2025	2024
Passivo Circulante			
Fornecedores	12	1.462.425	1.539.133
Empréstimos e Financiamentos	15	6.513.004	5.063.716
Obrigações Trabalhistas	13	519.675	538.715
Obrigações Tributárias	14	2.522.446	1.093.770
Outras Obrigações	-	13.063	152.515
Total do Passivo circulante		**11.030.613**	**8.387.849**
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	15	9.237.078	11.960.325
Obrigações Tributárias	14	180.541	672.720
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	428.947	-
Provisões para riscos	17	557.249	653.196
Total do Passivo não circulante		**10.403.815**	**13.286.241**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	18	13.749.959	13.749.959
Reserva legal		604.305	276.667
Reserva de lucro		4.439.117	2.256.672
Total do Patrimônio líquido		**18.793.381**	**16.283.298**
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**40.227.809**	**37.957.388**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados

	Notas	2025	2024
Receita de contratos com clientes	19	33.287.737	25.086.190
Custo dos serviços presatados	20	(13.814.992)	(10.695.454)
Lucro bruto		**19.472.745**	**14.390.736**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	21	(7.275.238)	(5.213.156)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(939.408)	44.919
		(8.214.646)	**(5.168.237)**
Lucro antes do resultado financeiro		11.258.099	9.222.499
Receitas financeiras	22	522.884	163.727
Despesas financeiras	22	(2.728.145)	(5.571.326)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**9.052.838**	**3.814.900**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24	(2.228.094)	(943.584)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	(271.983)	-
Lucro líquido do exercício		**6.552.761**	**2.871.316**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**6.552.761**	**2.871.316**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**6.552.761**	**2.871.316**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**9.052.838**	**3.814.899**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação de ativos imobilizados	668.591	1.302.600
Amortização de ativos intangíveis	1.518.235	864.953
Baixa imobilizado	-	(185.714)
Perda no valor recuperável de contas a receber de clientes	2.297.407	-
Ajustes exercícios anteriores	434.994	-
Imposto de renda e contribuição social diferido exercícios anteriores	(345.981)	
Provisões para riscos	(95.947)	(309.827)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	296.298	4.294.272
Outras provisões	-	217.992
	13.826.435	**9.999.175**
Decréscimo/(acréscimo) em ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(2.702.976)	54.317
Adiantamentos	(26.319)	29.942
Despesas antecipadas	(261.830)	
Depósitos judiciais	(128.208)	(240.949)
Outros créditos	-	(57.671)
Decréscimo/ (acréscimo) em passivos operacionais		
Fornecedores	(76.708)	(35.924)
Obrigações tributárias	936.497	(1.035.455)
Obrigações trabalhistas	(19.040)	9.847
Outros passivos	(139.451)	(268.460)
Caixa gerado nas (consumido pelas) operações	**11.408.400**	**8.454.822**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.228.094)	(943.584)
Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	**9.180.306**	**7.511.238**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(246.727)	
Aquisição de ativo intangível	(4.269.367)	(1.425.228)
Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento	**(4.516.094)**	**(1.425.228)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	3.898.920	4.000.000
Pagamentos oriundos dos empréstimos obtidos	(5.469.178)	(4.909.273)
Pagamento de distribuição de lucros	(4.477.672)	(3.000.000)
Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento	**(6.047.930)**	**(3.909.273)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1.383.718)**	**2.176.737**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.676.217	499.480
No final do exercício	1.292.499	2.676.217
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(1.383.718)**	**2.176.737**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Notas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**13.749.959**	**133.101**	**2.518.620**	**16.401.680**
Lucro líquido do exercício		-	-	2.871.316	2.871.316
Distribuição de lucros como dividendos		-	-	(2.989.698)	(2.989.698)
Constituição de Reserva Legal		-	143.566	(143.566)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**13.749.959**	**276.667**	**2.256.672**	**16.283.298**
Lucro líquido do exercício		-	-	6.552.761	6.552.761
Ajustes exercícios anteriores	18	-	-	434.994	434.994
Distribuição de Dividendos	18	-	-	(4.477.672)	(4.477.672)
Constituição de Reserva Legal	18	-	327.638	(327.638)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**13.749.959**	**604.305**	**4.439.117**	**18.793.381**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional: A Voa SP SPE S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico, com prazo de duração necessário à execução de seu objeto, constituída na forma de sociedade anônima e existente de acordo com as leis brasileiras, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.Seu objeto social específico e exclusivo é a ampliação, manutenção e exploração dos seguintes Aeroportos delegados pela União Federal ao Estado de São Paulo: **i)** Comandante Rolim Adolfo Amaro, em Jundiaí; **ii)** Arthur Siqueira, em Bragança Paulista; **iii)** Campos dos Amarais, em Campinas; **iv)** Gastão Madeira, em Ubatuba e **iv)** Antônio Ribeiro Nogueira Jr., em Itanhaém (todos no Estado de São Paulo).A execução do objeto social é regida por Contrato de Concessão com a ARTESP concessão esta, autorizada pelo Governo do Estado de São Paulo através do Decreto nº 61.633/2015 (nas condições determinadas do Decreto Federal nº 7.624/2011). Referido contrato foi firmado por um prazo de 30 (trinta) anos, prorrogável de acordo com determinações específicas.**2. Apresentação das informações contábeis(a) Base de preparação:** As Demonstrações contábeis foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **Aprovação das demonstrações contábeis auditadas:** A apresentação das demonstrações contábeis auditadas foi aprovada e autorizada pelos membros da Diretoria em 29 de abril de 2026. **(b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando disposto em contrário. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis estão apresentadas em real sem arredondamento, exceto quando indicado de outra forma. **(d) Estimativas e premissas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de certas estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisará as estimativas e as premissas pelo menos a cada trimestre. **3. Políticas contábeis materiais: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **3.2. Impostos a recuperar:** Rubrica utilizada para contabilização do imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras mensuradas ao valor recuperável. **3.3. Ativo imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciações acumuladas. A depreciação dos ativos imobilizados é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos imobilizados, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **3.4. Ativo intangível - Direito de outorga ou direito de concessão (concessão onerosa):** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas do valor recuperável. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de Concessão de Serviços:** O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. A receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo, sendo detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A contabilização de contratos de concessões está relacionada ao reconhecimento contábil do direito de outorga no início ou ao longo do prazo de concessão. **Direito de Outorga:** O direito de explorar a concessão foi pago ao poder concedente, reconhecido na rubrica "direito de outorga", no ativo intangível. O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pelo tempo de concessão, que tem como prazo 30 anos e como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares aeroportuários. É explorada em regime de cobrança tarifária e de outros serviços prestados aos usuários. **3.5. Obrigações e Provisões:** As obrigações e provisões são reconhecidas quanto existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, com resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando se espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido com um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. As despesas relativas a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.6. Salários e Benefícios a Empregados:** As despesas com pessoal ou créditos na demonstração do resultado do período são registradas em "Salários e Benefícios" e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período. **3.7. Reconhecimento da Receita:** A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As receitas são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das infraestruturas aeroportuárias e são líquidas da parcela do preço cobrado do usuário pertinente aos recursos vinculados da concessão. As receitas acessórias são reconhecidas quando da sua satisfação. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **3.8. Políticas de Receitas e Despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **Política de Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem às incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de Informações contábeis intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem às consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.9 Novas normas emitidas ainda não adotadas:** Pronunciamentos que foram recentemente emitidos, mas cuja aplicação ainda não tenha sido mandatória não foram adotados pela Empresa. A Administração está avaliando os potenciais impactos desses pronunciamentos e, com base nas informações atualmente disponíveis, não espera efeitos relevantes sobre suas demonstrações financeiras. **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:** Em dezembro de 2024, foi emitido o CPC 51 (IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A nova norma será obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com reapresentação comparativa de 2026. As principais mudanças introduzidas pelo CPC 51 referem-se à estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), com a criação de categorias específicas (Operacional, Investimento e Financiamento) e novos subtotais obrigatórios, além de diretrizes mais rígidas para agregação de valores. A Empresa iniciou o processo de avaliação dos impactos da adoção dessa norma. Até o momento, espera-se que as alterações impactem a apresentação e classificação das contas na DRE e Notas Explicativas, no entanto, sem efeitos previstos no lucro líquido ou no patrimônio líquido, avaliando que a adoção do CPC 51 não resultará em impactos significativos no reconhecimento e mensuração de seus ativos e passivo, afetando primordialmente a forma de apresentação das Demonstrações Financeiras. **Alterações aos IFRS 7 e 9 - Instrumentos Financeiros:** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"); (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2026. A Empresa não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Em maio de 2024 o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A IFRS 19 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Empresa está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes. **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11:** As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas; e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Empresa está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes. **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: i) sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou ii) estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Empresa está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes. **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. A Empresa não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	2.067	3.041
Bancos - C/Movimento	182.938	2.070.727
Aplic.Liquidez Imediata(i)	1.107.494	602.449
Total	**1.292.499**	**2.676.217**

Caixa e Equivalentes de Caixa compreendem o numerário em espécie para cobrir pequenas despesas imediatas, depósitos em conta corrente bancária para efetuar pagamentos diversos e aplicação financeira de alta liquidez. A aplicação financeira corresponde à CDB/Compromissada, com aplicações automáticas do dinheiro disponível em conta corrente, resgates diários e automáticos, feitos ao fim do dia ou quando há necessidade de cobrir o saldo. A remuneração varia entre 80% a 100% do CDI.

(i)Detalhamento de aplicações financeiras de curto prazo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Banco XP	302.785	-
Banco Bradesco	804.709	602.449
Total	**1.107.494**	**602.449**

5. Contas a Receber de Clientes: Representa o saldo de contas de água e esgotos emitidas e ainda não recebidas e contempla os acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos, demais valores que não foram contemplados em acordos, foram reconhecidos na provisão para perdas.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Duplicatas a Receber Partes Não Relacionadas	5.779.978	3.077.002
(-) Perdas Estimadas Cred. Liq. Duvidosa	(2.297.407)	-
Total	**3.482.571**	**3.077.002**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
A Vencer	3.243.360	1.532.468
Vencidos		
1 a 30 dias	127.026	82.565
31 a 60 dias	112.050	249.507
61 a 90 dias	131.472	38.861
91 a 180 dias	103.520	185.745
181 a 360 dias	994.548	152.122
Acima de 360 dias	1.068.002	835.734
Total	**5.779.978**	**3.077.002**

Movimentação PECLD:

Descrição	2024	Adição	2025
(-) PECLD	-	(2.297.407)	(2.297.407)

6. Créditos a Receber

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de Fornecedores	85.830	58.792
Adiantamentos a Funcionários	10.520	11.239
Total	**96.350**	**70.031**

Compreende pagamentos antecipados à funcionários por conta de férias pagas a ser descontadas em folha de pagamento e adiantamentos a fornecedores

7. Despesas Antecipadas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de Seguros a Apropriar	532.214	270.384
Total	**532.214**	**270.384**

As despesas antecipadas são despesas pagas, incorridas ou devidas com antecedência, mas, referindo-se a períodos de competência subsequentes. As despesas serão apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência.

8. Depósitos judiciais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais trabalhista e Civil	486.942	358.734
Total	**486.942**	**358.734**

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e os créditos contenciosos compreendem valores que se encontram pendentes na data do balanço, cuja expectativa de recebimento é avaliada periodicamente pela administração e assessoria jurídica.

9. Tributos Diferidos Ativos (IRPJ e CSLL): A Companhia reconhece créditos tributários diferidos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal de ativos e passivos, bem como de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, quando aplicável. Esses créditos são constituídos em conformidade com o regime de competência e as práticas contábeis vigentes, sendo mensurados pelas alíquotas aplicáveis (25% para IRPJ e 9% para CSLL) no momento esperado de sua realização. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos tributos diferidos ativos, com base em projeções de resultados tributáveis futuros, aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia. A realização desses créditos está suportada por estimativas de geração de lucros tributáveis suficientes para absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais, respeitando os limites legais vigentes. Caso haja evidência de que a realização desses créditos não seja provável, a Companhia constitui provisão para ajuste ao valor recuperável.

Descrição	31/12/2025
CSLL diferido sobre diferenças temporárias	133.133
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias	369.812
TOTAL	**502.945**

10. Imobilizado: Durante o exercício de 2025 a Empresa efetuou a reclassificação de saldos envolvendo o contrato de concessão referentes a obras, construções e gastos inerentes ao objeto da concessão que antes estavam registrados em "Imobilizado" para "Intangível".

Descrição	Taxa %	Custo Histórico	Depreciações Acumuladas	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Equipamentos	10	188.348	(51.911)	136.437	16.472
Móveis e Utensílios	10	108.472	(38.181)	70.291	11.690
Computadores e Periféricos	20	205.959	(165.609)	40.350	7
Projetos em Andamento		-	-	-	12.420.837
Total		**502.779**	**(255.701)**	**247.078**	**12.449.006**

Evolução dos Saldos

Custo Histórico	Saldo Inicial 31/12/2024	Adições	Transferências	Saldo Final 31/12/2025
Equipamentos	56.813	131.535	-	188.348
Móveis e Utensílios	42.735	69.434	(3.697)	108.472
Computadores e Periféricos	160.201	45.758	-	205.959
Projetos em Andamento	15.991.089	-	(15.991.089)	-
Total	**16.250.838**	**246.727**	**(15.994.786)**	**502.779**

Depreciação	Saldo Inicial 31/12/2024	Adições	Transferências	Saldo Final 31/12/2025
(-) Equipamentos	(40.341)	(11.570)	-	(51.911)
(-) Móveis e Utensílios	(31.045)	(7.178)	42	(38.181)
(-) Computadores e Periféricos	(160.194)	(5.415)	-	(165.609)
(-) Projetos em Andamento	(3.570.252)	(644.428)	4.214.680	-
Total	**(3.801.832)**	**(668.591)**	**4.214.722**	**(255.701)**

Os bens tangíveis que compõe o ativo imobilizado são controlados individualmente através de controle auxiliar informatizado de patrimônio, e depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente do imobilizado. **Teste de Recuperabilidade de Ativos:** A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. A Administração entende que não houve necessidade de constituir provisão para perdas dos principais bens integrantes do ativo imobilizado.

11. Intangível: Durante o exercício de 2025 a Companhia efetuou a reclassificação de saldos envolvendo o contrato de concessão referentes a obras, construções e gastos inerentes ao objeto da concessão que antes estavam registrados em "Imobilizado" para "Intangível". A Companhia encontra-se em fase de avaliação para mensuração e avaliação dos efeitos e possíveis efeitos da adoção integral da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão e a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, normas estas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para contabilização do contrato de concessão e seus efeitos. Em decorrência disso, não há saldos registrados de Receitas de construções, Custos de Construções, Provisões para manutenções e recuperações das infraestruturas. A Companhia encontra-se também em fase de levantamento de informações para mensuração e avaliação da vida útil do intangível representativo do direito de exploração, incluindo, entre outros aspectos, estudos técnicos, projeções de demanda, documentação econômico-financeira, laudos e memorandos formais que evidenciem o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos associados ao direito de exploração, para avaliação dos efeitos e possíveis efeitos dos tratamentos contábeis previstos no CPC 04 - Ativo Intangível e no OCPC 05 - Contratos de Concessão, quanto à determinação de sua vida útil e à correspondente amortização.

Descrição	Taxa %	Custo Histórico	Amortizações Acumuladas	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Software ou Prog.Comput.	20	322.648	(202.365)	120.283	157.425
Marcas	-	3.930	-	3.930	3.930
Direito de Outorga (i)	3,33	25.099.916	(7.041.921)	18.057.995	18.894.659
Projetos	-	20.264.111	(4.859.109)	15.405.002	-
Total		**45.690.605**	**(12.103.395)**	**33.587.210**	**19.056.014**

Evolução dos saldos

Custo Histórico	Saldo Inicial 31/12/2024	Adições	Transferências	Saldo Final 31/12/2025
Software ou Prog.Comput.	322.647	-	-	322.647
Marcas	3.930	-	-	3.930
Direito de Outorga (i)	25.099.916	-	-	25.099.916
Projetos	-	4.269.367	15.994.744	20.264.111
Total	**25.426.493**	**4.269.367**	**15.994.744**	**45.690.604**

Amortização	Saldo Inicial 31/12/2024	Adições	Transferências	Saldo Final 31/12/2025
(-)Software ou Prog.Comput.	(165.223)	(37.142)	-	(202.365)
(-)Marcas	-	-	-	-
(-)Direito de Outorga (i)	(6.205.257)	(836.664)	-	(7.041.921)
(-)Projetos	-	(644.429)	(4.214.680)	(4.859.109)
Total	**(6.370.480)**	**(1.518.235)**	**(4.214.680)**	**(12.103.395)**

(i) A conta Direito de Outorga refere-se ao valor pago pelo direito de exploração da concessão por 30 anos. Ressalta-se que o contrato de concessão não representa um direito de uso sobre a infraestrutura, como é o caso do arrendamento, o poder concedente mantém o controle sobre ela. O concessionário tem sim um direito que é representado pelo acesso à infraestrutura para prover o serviço público em nome do poder concedente, nos termos do contrato. Assim, se e quando reconhecido, é um ativo intangível, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 04. O direito de outorga é decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto da concessão ao longo do prazo previsto no contrato.

12. Fornecedores

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de bens e serviços	1.462.425	1.539.133
Total	**1.462.425**	**1.539.133**

O saldo desta conta está devidamente detalhado e conciliado nos registros contábeis da Companhia. Não há pendências significativas de pagamentos, uma vez que estes são realizados, em sua maioria, dentro do prazo estabelecido.

13. Obrigações Trabalhistas e Sociais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
INSS a recolher	83.300	60.547
FGTS a recolher	26.962	20.640
Provisão de férias	409.413	457.528
Total	**519.675**	**538.715**

Compreende os encargos sociais sobre a folha de pagamento e saldo de férias a pagar.

14. Obrigações Tributárias

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Impostos s/Receitas	636.679	152.020
Impostos s/Resultado	859.165	126.369
Impostos Parcelados (Pis e Cofins)	675.992	645.270
Impostos Retidos de Terceiros	83.513	73.583
Outras Obrigações	267.097	96.528
Parcelamentos Fiscais (Pis e Cofins)	180.541	672.720
Total	**2.702.987**	**1.766.490**
Curto prazo	**2.522.446**	**1.093.770**
Longo prazo	**180.541**	**672.720**

15. Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Curto Prazo	Longo Prazo	31/12/2025 Total	31/12/2024 Total
Desenvolve SP (1)	2.062.859	2.062.859	4.125.718	5.901.664
Desenvolve SP (2)	4.086.111	6.810.184	10.896.295	10.080.906
MPE Engenharia	364.034	364.034	728.068	1.041.471
Total	**6.513.004**	**9.237.078**	**15.750.082**	**17.024.041**

Movimentação dos Empréstimos e Pagamentos	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	**17.024.041**	**13.639.042**
Aquisições	3.898.920	4.000.000
Pagamentos	(5.469.178)	(4.909.273)
Atualização Juros	296.298	4.294.272
Total	**15.750.081**	**17.024.041**

O saldo em 31.12.2025 referem-se a recursos obtidos através da instituição Desenvolve SP, com a finalidade de financiamento dos investimentos da concessão. Foram realizados 2 (dois) contratos de longo prazo com início em 2018 e parcelas finais em 2027 e 2028. Neste exercício não foram realizados novos contratos, sendo o saldo representado pelas parcelas ainda vigentes. (1) Contrato 5623 de 96(noventa e seis) meses, CET 8,46% a.a., carência de 36 (trinta e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, com início em 15/09/2021 e final em 15/08/2028. (2) Contrato 5273 de 112(cento e doze) meses, CET 9,15% a.a., carência de 12 (doze) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, com início em 06/01/2019 e final em 22/12/2027. (3) Contrato de mútuo com 112(cento e doze) meses, CET 9,15% a.a., carência de 12 (doze) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, com início em 06/01/2019 e final em 22/12/2027 com a acionista MPE Engenharia. **Garantias:** A Companhia possui contratada fianças em favor da Desenvolve SP no montante de R$ 5.861.672 com o Banco Bradesco.

16. Imposto de renda e contribuição social diferido: A Companhia reconhece débitos tributários diferidos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), registrados no passivo não circulante, decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal. Esses débitos são constituídos em conformidade com o regime de competência e as práticas contábeis vigentes, sendo mensurados pelas alíquotas aplicáveis (25% para IRPJ e 9% para CSLL).

Descrição	31/12/2025
IRPJ Diferido sobre diferenças temporárias	315.403
CSLL Diferido sobre diferenças temporárias	113.544
Total	**428.947**

17. Provisões Contingências

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisão Contingência Trabalhista e Civil	557.248	653.196
Total	**557.248**	**653.196**

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível, tributária e trabalhista, que fazem parte do curso normal dos seus negócios. As provisões para contingências foram reconhecidas com base na avaliação dos assessores jurídicos e da administração, sendo classificadas como perdas prováveis. Em 31 de dezembro de 2025, os processos envolvidos neste contexto cuja materialização na avaliação dos assessores jurídicos é possível de perda, mas não provável possuem natureza civil, trabalhista e tributário no montante de R$ 22.045.756.

18. Patrimônio líquido: Iteração do Quadro Societário: Em 27 de agosto 2025, foi registrado na JUCESP, a transferência da totalidade das ações detidas pela Terracom Construções LTDA. à Terracom Concessões e Participações LTDA., nos termos do contrato e do Acordo de Acionistas da Concessionária VOA SP SPE S/A, previamente aprovada pelo Poder Concedente. **Capital Social:** O capital social está dividido em 13.749.959 (treze, setecentas e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Quadro societário 2025:**

Acionistas	Capital Subscrito e integralizado (R$)	Participação
Terracom Conc.e Participações LTDA	7.085.027	51,53%
Nova Ubatuba Empr.e Particip. LTDA	2.815.304	20,47%
MPE Engenharia e Serviços S/A	2.062.494	15,00%
Estrututal Conc. de Rodovias Ltda	1.787.134	13,00%
	13.749.959	**100%**

Quadro societário 2024:

Acionistas	Capital Subscrito e integralizado (R$)	Participação
Terracom Construções LTDA	7.085.027	51,53%
Nova Ubatuba Empr.e Particip. LTDA	2.815.304	20,47%
MPE Engenharia e Serviços S/A	2.062.494	15,00%
Estrututal Conc. de Rodovias Ltda	1.787.134	13,00%
	13.749.959	**100%**

Reserva legal: Constituída até 31.12.2025 é de R$ 604.305 (Seiscentos e quatro mil, trezentos e cinco reais), conforme artigo 24º, parágrafo 1º (i) do Estatuto Social da Companhia, ficou estabelecido a constituição de Reserva Legal limitado a 20% do capital social integralizado. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Sobre o lucro líquido apurado em cada exercício deverá ser constituída 5% para reserva legal até o limite estabelecido no Estatuto. **Ajustes exercícios anteriores**: A Companhia registrou durante o exercício de 2025 diretamente no patrimônio líquido valores de exercícios anteriores referentes ao registro de provisão estimada para credores de liquidação duvidosa, adequações no reconhecimento das receitas e seus impostos diferidos no montante líquido de R$ 434.994.

19. Receitas Aeroportuárias

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Tarifárias	10.567.496	5.596.751
Receitas Não Tarifárias	26.581.563	22.324.056
(-) Dedução da Receita Bruta (PIS/COFINS/ISS)	(3.861.322)	(2.834.617)
Receita Líquida	**33.287.737**	**25.086.190**

Receitas decorrentes das operações aeroportuárias realizadas nos Aeroportos, Comandante Rolim Adolfo Amaro, em Jundiaí; **ii)** Arthur Siqueira, em Bragança Paulista; **iii)** Campos dos Amarais, em Campinas; **iv)** Gastão Madeira, em Ubatuba e **iv)** Antônio Ribeiro Nogueira Jr., em Itanhaém (todos no Estado de São Paulo De acordo com o ICPC 01, a Companhia contabilizou no exercício em 31.12.2025, o valor de R$ 8.611.838,26, referente a receita de construção de infraestrutura, tendo os custos com o mesmo valor, não gerando margem de lucro.

20. Custos dos Serviços Prestados

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Mão de obra	(2.650.798)	(1.971.597)
Peças materiais e produtos	(814.560)	(344.861)
Serviços prestados Pessoa Jurídica e Física	(3.406.805)	(3.187.920)
Aluguel, Locação e Arrendamento	(257.889)	(235.276)
Amortização e Depreciação (1)	(2.134.730)	(2.128.420)
Outros custos (consumo,viagens,lanches,etc.)	(871.469)	(748.858)
Custos Gerais Contrato de Concessão	(3.678.741)	(2.341.779)
(-) Recuperação Custos	-	263.257
Total	**(13.814.992)**	**(10.695.454)**

(1) Os custos de amortização, reconhecidos no resultado do exercício, apresentam uma diferença em relação a variação da amortização no ativo intangível, devido à apropriação dos créditos do Pis e da Cofins decorrentes da não cumulatividade, lançados em seus custos respectivos.

21. Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Gastos com Pessoal	(2.411.675)	(1.804.476)
Serviços Prestados por Pessoa Jurídica	(2.553.194)	(2.094.302)
Despesas com Veículos	(128.427)	(131.042)
Propaganda Publicidade e Patrocínio	(22.805)	(22.912)
Encargos de Depreciação	(18.609)	(10.844)
Amortização	(37.143)	(28.290)
Bens de Pequeno Valor	(13.585)	(11.219)
Telefone	(11.461)	(10.007)
Internet	(21.865)	(19.655)
Peças Materiais e Produtos	(146.360)	(100.937)
Conducoes (Ônibus, Taxis, Metro)	(11.699)	(9.235)
Viagens e Estadias	(12.681)	(10.202)
Hospedagem	(3.568)	(21.005)
Moto Boy	(7.810)	(5.850)
Locação de Veículos	(110.723)	(69.953)
Fretes e Carretos	(1.194)	(3.394)
Servs de Sinalização Baner e Adesivos	(9.672)	(386)
Confraternização e Eventos	(65.641)	(31.330)
Doacoes e Contribuições Diversas	(70.357)	(38.739)
Brindes	(63.904)	(28.747)
Locação Equip.inform.(Comp.impres.perif)	(37.351)	(33.371)
Locação de Máquinas e Equipamentos	(7.369)	(3.974)
Seguros	(71.898)	(6.137)
PIS/PASEP	(8.208)	(1.477)
COFINS	(43.067)	(8.449)
Outras Despesas	(101.923)	(601.435)
Demais Impostos Taxas e Contribuições	(1.283.049)	(105.788)
Despesas Gerais	**(7.275.238)**	**(5.213.156)**

22. Resultado Financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicação financeira	359.776	40.763
Outras receitas financeiras	163.108	122.964
Total das receitas Financeiras	**522.884**	**163.727**
Outras despesas financeiras	(1.732.041)	(1.341.058)
Juros s/financiamentos	(996.104)	(4.230.268)
Total das despesas financeiras	**(2.728.145)**	**(5.571.326)**
Resultado Financeiro	**(2.205.261)**	**(5.407.599)**

23. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais (1)	291.472	25.000
Receita Alienação Ativos	-	19.919
Outras despesas Operacionais (2)	48.938	-
Perdas Estimada Créditos Liquidação Duvidosa	(1.279.818)	-
Total	**(939.408)**	**44.919**

(1) Outras receitas operacionais compreendem lançamentos de recuperação de despesas ao longo do exercício que não integram a base do Pis e da Cofins não cumulativa e receitas eventuais que integram a base de Pis e da Cofins. (2) Outras despesas operacionais representam baixa de valores incobráveis não provisionados, reversão de provisão de contingência e multas, indedutíveis para fins de IRPJ e CSLL. **24. Imposto de renda e contribuição social - corrente:**

	ALQ	1ºTRIM	2ºTRIM	3ºTRIM	4ºTRIM	2025
Resultado antes do IRPJ e CSLL		**1.805.507**	**1.092.833**	**2.799.799**	**3.354.699**	**9.052.838**
Adições		31.471	32.901	30.826	119.744	214.942
Exclusões		(50.334)	(9.612)	(36.000)	-	(95.946)
		1.786.644	**1.116.122**	**2.794.625**	**3.474.443**	**9.171.834**
Compensação 30% Prejuízos		(535.993)	(334.837)	(838.387)	(1.134.329)	(2.843.546)
Base de Cálculo do IRPJ e CSLL		**1.250.651**	**781.285**	**1.956.238**	**2.340.114**	6.328.288
IRPJ Corrente 15%	15%	187.598	117.192	293.436	397.015	995.241
IRPJ ADIC. Corrente 10%	10%	119.064	72.129	189.624	258.677	639.494
(-) PAT		(924)	(906)	(978)	(978)	(3.786)
CSLL Corrente 9%	9%	112.559	70.316	176.061	238.209	597.145
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		**418.297**	**258.731**	**658.143**	**892.923**	**2.228.094**

25. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 aproximam-se dos respectivos valores justos, em razão, principalmente, de sua natureza, prazos de vencimento e condições contratuais. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Duplicatas a receber líquidas, fornecedores, contas a pagar e empréstimos e financiamentos são classificados como mensurados ao custo amortizado. A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo com base em técnicas de avaliação classificadas nos níveis 2 ou 3 da hierarquia do valor justo, conforme definido no Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Dessa forma, não houve necessidade de apresentação de saldos por nível de hierarquia de valor justo. Os empréstimos e financiamentos estão representados pelos valores originais contratados, acrescidos dos encargos financeiros incorridos até a data-base das demonstrações contábeis, os quais se aproximam de seus respectivos valores justos em função das taxas e condições praticadas no mercado.

Conta	31/12/2025	31/12/2024	Classificação
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.779.978	3.077.002	Valor Justo por meio do resultado
Duplicatas a Receber Líquidas	3.482.571	3.077.002	Custo Amortizado
Fornecedores	1.462.425	1.539.133	Custo Amortizado
Contas a pagar	13.064	1.212	Custo Amortizado
Empréstimos e Financiamentos	15.750.081	17.024.041	Custo Amortizado

26. Riscos Financeiros: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos de créditos, mercado, liquidez e cambial são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia não está exposta a riscos financeiros diretos, uma vez que os ativos e passivos da empresa estão representados exclusivamente em moeda nacional. Também não existem sazonalidades pontuais por conta dos seus investimentos, que possam de alguma maneira representar prejuízo nas suas receitas e resultados. **27. Partes relacionadas:** A Para os fins destas demonstrações contábeis, consideram-se partes relacionadas todas as pessoas ou entidades que possuem capacidade de controlar, exercer influência significativa ou participar das decisões financeiras e operacionais da Companhia, conforme definido no CPC 05 (R1). **Identificação das Partes Relacionadas: Sócios/Controladores:** • Terracom Concessões e Participações Ltda.; **Empresas Controladas/Coligadas/Sob Controle Comum:** • Voa SE SPE S.A.; • Nova Ubatuba Empreend. e Participações Ltda.; • MPE Engenharia e Serviços S.A.; • Estrututal Concessões de Rodovias Ltda.; • Terracom Construções Ltda.; • Águas de Aracoiaba da Serra S.A.; • Águas de Sao Sebastiao da Grama - SPE S.A.; • Águas de Casa Branca SPE Ltda.; • Águas de Tuiuti SPE Ltda.; • Águas de Estiva Gerbi SPE Ltda.; • Águas de Potim SPE Ltda.; • Terra Santos Ambiental Gestão de Resíduos Sólidos SPE Ltda.;• Nova Luz de São Vicente SPE S.A.; • Concessionaria de Rodovias Rota Dos Grãos S.A. Durante o exercício, a Companhia realizou transações com partes relacionadas:

Empréstimos	31/12/2025	31/12/2024
MPE Engenharia	728.068	1.041.471

Remuneração dos Principais Administradores: A remuneração total dos principais administradores da Companhia, registrada como despesa no resultado do exercício, compreende apenas benefícios de curto prazo (salários, pró-labore, bônus) no valor total de R$ 501.330 (R$ 382.457 em 2024). A Companhia não concedeu pagamentos baseados em ações no período. **Relação de Controle:** A Companhia é controlada por Terracom Concessões e Participações Ltda (Terracom Construções Ltda em 2024), sendo que a controladora final do grupo econômico é Diniz Participações S.A., a qual elabora demonstrações contábeis consolidadas.

28. Eventos subsequentes: Alterações na legislação tributária: Após a data-base das demonstrações financeiras, foram aprovadas e/ou encontram-se em processo de regulamentação alterações na legislação tributária brasileira, no âmbito da reforma do sistema de tributação sobre serviços. A Administração está avaliando os potenciais impactos dessas alterações sobre as operações da Companhia. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável eventuais efeitos, razão pela qual não foram realizados ajustes. Os impactos, quando aplicáveis, serão refletidos prospectivamente nas demonstrações financeiras dos exercícios futuros. Além deste assunto não foram identificados eventos subsequentes, após a data de autorização destas demonstrações financeiras, que exijam divulgação ou ajuste nas presentes demonstrações financeiras, conforme disposto no pronunciamento técnico CPC 24- Eventos subsequentes.

Marcel Gomes Moure - Diretor-Presidente

Contador - Antônio Carlos Costa - CRC 1SP 102097/O-4

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 30/04/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/04/30/VOASP1589093330042026.pdf

Hash:17775108041f685bf84e59487ab3062ff10ea08d84